

Eleição dia 20 tem chapa única

A votação na sede da AMMP será no dia 20 de novembro, das 8 às 17 horas. O promotor de Justiça José Silvério Perdigão encabeça a chapa única "Avanços Institucionais". A posse estatutária será no dia 4 de janeiro de 2016.

PÁGINA 3

AMMP realiza Agenda Cultural na Zona da Mata

A Zona da Mata recebeu a Diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) no dia 22 de outubro. A primeira etapa dos trabalhos foi em Juiz de Fora, com uma visita aos promotores da Comarca. Em Leopoldina, foi promovida Agenda Cultural para tratarem de assuntos institucionais e administrativos (foto). O desembargador Paulo Calmon Nogueira da Gama ministrou palestra sobre "Tráfico e uso de drogas: questões atuais".



PÁGINA 3

Participação mineira no Congresso Nacional do MP é expressiva

A mesa do painel foi presidida por José Robalinho Cavalvanti, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República



Foi expressiva a participação do Ministério Público de Minas Gerais no XI Congresso Nacional do Ministério Público, no Rio de Janeiro, realizado simultaneamente com a V Conferência Regional da International Association of Prosecutors (IAP), de 6 a 9 de outubro. A avaliação é do promotor de Justiça Epaminondas da Costa, que, desde 1996, é presença garantida em todos os congressos nacionais. Sete promotores de Justiça apresentaram dez teses: André Luiz Alves de Melo, Athaide Francisco Peres Oliveira, Calixto Oliveira Souza, Enéias Xavier Gomes, Epaminondas da Costa, Leonardo Costa Coscarelli e Marcelo Milagres.

PÁGINAS 7, 8, 9, 10 E 11

Celulares em presídios é objeto de recomendação do CNMP

PÁGINA 2

Livro do MP mineiro está entre os finalistas do Prêmio Jabuti

PÁGINA 4

Conselho recomenda atuação do MP para evitar entrada de celulares em presídios

Em 23 de outubro, foi publicada a Recomendação CNMP nº 29/2015 no Diário Oficial da União, que dispõe sobre diretrizes de atuação dos membros do Ministério Público, visando evitar a entrada e a permanência de aparelhos celulares em unidades prisionais. O conselheiro Walter Agra foi o autor da proposta, relatada pelo conselheiro Esdras Dantas e aprovada em 22 de setembro, durante a 18ª Sessão Ordinária.

Conforme a recomendação, os membros do MP, nas medidas caute-

lares de interceptações telefônicas e telemáticas, deverão buscar, durante a investigação, a identificação dos IMEIs (sequência de números e caracteres do aparelho), atrelando-os aos números dos Terminais Móveis Celulares (TMCs) que tiveram seus sigilos afastados, vinculando-os aos investigados.

Ainda segundo a recomendação, concluída a investigação, o membro do MP deverá requisitar ao responsável pela operacionalização das medidas cautelares a localização dos TMCs,

assim como requisitar a relação de IMEIs de aparelhos que efetuaram ou receberam ligações e/ou mensagens dos terminais interceptados.

Entre outras questões, o texto também recomenda, que, no caso de serem identificados TMCs em unidades prisionais, o membro do MP deverá instaurar procedimento investigatório a fim de aferir as circunstâncias em que os terminais ingressaram nas referidas unidades, ou remeter ao membro do MP com atribuições para tal fim.

CNMP apresenta o calendário de inspeções para primeiro semestre de 2016

O Ministério Público de Minas Gerais receberá inspeção geral nos dias 20 e 24 de junho de 2016, conforme o calendário de inspeções para o primeiro semestre e o Plano Diretor da Corregedoria Nacional do MP para o biênio 2015-2017. O calendário foi apresentado pelo corregedor nacional do Ministério Público, Cláudio Portela, durante a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 27 de outubro.

Segundo a programação, as inspeções gerais, em cumprimento ao artigo 67 do Regimento Interno (RICNMP), serão realizadas no Mi-

nistério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e Ministério Público do Trabalho (MPT), entre os dias 7 e 11 de março; no Ministério Público Federal (MPF) e no Ministério Público Militar (MPM), entre os dias 25 e 29 de abril.

Por sua vez, em cumprimento ao artigo 68 do RICNMP, as inspeções nas corregedorias-gerais ocorrem nas seguintes unidades: MPMG, entre os dias 26 e 28 de janeiro; MPM, no dia 22 de fevereiro; MPF, entre os dias 23 e 25 de fevereiro; MPDFT, nos dias 14 e 15 de março; MPT, nos dias 16 e 17 de março; Ministério Público do Estado da Bahia

(MPBA), entre os dias 6 e 8 de abril; e Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), entre os dias 11 e 13 de maio.

Segundo Cláudio Portela, “é importante que o trabalho seja sempre realizado de forma bem planejada”. As inspeções dão continuidade aos trabalhos executivos da Corregedoria Nacional e têm objetivo de verificar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais no Ministério Público. Serão checados itens relativos à gestão administrativa e financeira, atuação dos membros e cumprimento de determinações legais e das resoluções do CNMP.

Publicada recomendação para a atuação do MP na garantia à educação

Foi publicada em 23 de outubro, no Diário Oficial da União, a Recomendação CNMP nº 30/2015, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público na garantia à educação infantil. O conselheiro Walter Agra foi o autor da proposta, relatada pelo conselheiro Marcelo Ferra e aprovada no dia 22 de setembro, durante a 18ª Sessão Ordinária.

O CNMP, entre outras questões,

recomenda que as procuradorias-gerais de Justiça e os diretores dos centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional empreendam esforços para a inclusão do tema educação infantil nos cursos de formação e atualização dos membros do Ministério Público, bem como para a priorização da temática no planejamento estratégico das unidades.

Foi definido ainda que os mem-

bros do MP com atribuições para atuação na Educação realizem ações coordenadas para o aumento da oferta de vagas em creches públicas, com o objetivo de ampliar o atendimento da demanda. O Conselho recomenda, também, que os membros busquem, pelos meios dispostos a seu alcance, a realização do atendimento em creches, até 2024, de, no mínimo, 50% da população de zero a três anos.



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

Presidente:
Nedens Ulisses
Freire Vieira

1º vice-presidente:
Shirley Fenzi Bertão

2º vice-presidente:
João Medeiros Silva Neto

3º vice-presidente:
Edson Ribeiro Baêta

4º vice-presidente:
Gustavo Mansur
Balsamão

1º diretor administrativo:
Carlos Henrique
Torres de Souza

2º diretor administrativo:
Gilberto Osório Resende

1º diretor financeiro:
Selma Maria Ribeiro
Araújo

2º diretor financeiro:
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

Responsáveis pela edição
Jornalista responsável
Ofélia L. P. Bhering
(MG 2.289 JP)

Repórteres
Bárbara Peixoto
(MG 0018414)
Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Edições Geraes Ltda.

Tiragem
1.000 exemplares



EM DIA

Perdigão lidera chapa única para eleição dia 20

A eleição para a diretoria da AMMP biênio 2016-2018 terá chapa única. A votação na sede da Associação será no dia 20 de novembro, das 8 às 17 horas. Foi inscrita somente a chapa "Avanços Institucionais", presidida por José Silvério Perdigão. A posse estatutária será no dia 4 de janeiro de 2016.

Composição da chapa

Diretoria

Presidente: José Silvério Perdigão de Oliveira; 1º Vice-presidente: Enéias Xavier Gomes; 2º Vice-presidente: Larissa Rodrigues Amaral; 3º Vice-presidente: Luiz Felipe de Miranda Cheib; 4º Vice-presidente: Fabiano Mendes Cardoso; 1º Diretor Administrativo: Francisco Chaves Generoso; 2º Diretor Administrativo: Fabiano Ferreira Furlan; 1º Diretor Financeiro: Edson Ribeiro Baeta; 2º Diretor Financeiro: Eduardo Francisco Lovato Bianco.

Conselho Deliberativo/Capital

Antônio José Leal, Iraídes de Oliveira Marques Caillaux, Josélia de Almeida Santos, Marcos Viola de Carvalho, Maria Odete Souto Pereira, Nélcio Costa Dutra Júnior, Patrícia Ribeiro de Oliveira.

Conselho Deliberativo/Interior

Calixto Oliveira Souza, Fábio Soares Guimarães Filho, Felipe Gustavo Gonçalves Caires, Fernando de Abreu Mendes, Francisco Angelo Silva Assis Hélio Pedro Soares, Wagner Marteleto Filho.

Conselho Fiscal

Alessandro Garcia Silva, Ângelo Alexandre Marzano, Décio Monteiro Moraes, Epaminondas da Costa, João Paulo Fernandes, Luz Maria Romanelli de Castro.

Agenda Cultural vai à Zona da Mata



João Medeiros e Edson Baeta coordenaram a reunião de trabalho

A Diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) realizou atividades na Zona da Mata no dia 22 de outubro. Participaram os vice-presidentes João Medeiros e Edson Baeta, o presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (Fesmp), Antônio Sérgio Tonet, e o ex-presidente José Silvério Perdigão, que encabeça a única chapa inscrita para o pleito de 20 de novembro, que elegerá os novos dirigentes da AMMP. A

primeira etapa foi em Juiz de Fora, com uma visita aos promotores da Comarca.

Em Leopoldina, foi realizada mais uma Agenda Cultural. Depois da reunião de trabalho com associados, na sede das Promotorias de Justiça, em que foram tratados assuntos institucionais e administrativos, foi ministrada palestra pelo desembargador Paulo Calmon Nogueira da Gama sobre "Tráfico e uso de drogas: questões atuais".



Desembargador Paulo Calmon fez palestra sobre "Tráfico e uso de drogas: questões atuais"

Com os associados foram tratados temas institucionais e administrativos



Fotos: Pedro Henrique

Prêmio CNMP tem três projetos mineiros entre os primeiros lugares

O Prêmio CNMP 2015 teve três projetos do Ministério Público de Minas Gerais entre os campeões. O Programa Desmatamento Zero conquistou o primeiro lugar na categoria Defesa dos Direitos Fundamentais; o Programa de Proteção ao Patrimônio Público – PPPP ganhou o segundo lugar na categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional, e Operacional e o Programa Acordo de Resultados do MPMG – área meio – 2013 –2014 ficou em terceiro lugar na categoria Profissionalização da Gestão.

Os vencedores foram anunciados no dia 4 de novembro, durante a cerimônia de abertura do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, em Brasília. Realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o prêmio teve, neste ano, 396 práticas inscritas.

Desmatamento Zero

O projeto Desmatamento Zero tem como gestores os promotores de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador do Núcleo de Resoluções de Conflitos Ambientais (Nucam), e Felipe Faria de Oliveira, coordenador das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri.

O principal objetivo é a identificação e atuação nos casos mais críticos, no Estado, de degradação do bioma Mata Atlântica, tendo como escopo simultâneo a regularização e a preservação dessas áreas, bem como a alteração da política de autorização indiscriminada de supressão vegetal e de não fiscalização de atividades irregulares, por parte do poder público estadual, de forma a retirar Minas Gerais da posição de campeão do desmatamento do bioma.

Após o intenso trabalho, atingiu-se a redução do desmatamento, vindo o Estado a deixar a sua posição de detentor do maior índice de supressão de Mata Atlântica no ano de 2015, conforme divulgação do Atlas da Fundação SOS Mata Atlântica.

PPPP

O Programa de Proteção ao Patrimônio Público foi instituído em janeiro de 2014 com o objetivo de agilizar, padronizar e otimizar a condução de Inquéritos Cíveis (ICs) relacionados à defesa do patrimônio público em trâmite perante a instituição, instaurados entre janeiro de 1993 e dezembro de 2008. O programa conta com três promotores de Justiça exclusivos - José Carlos Fernandes Junior, Tatiana Pereira e Fernanda Caram Monteiro.

Entre 7 de janeiro de 2014 e 7 de outubro de 2015, 109 promotorias de Justiça de todo o Estado foram atendidas pelo programa, sendo executadas 2.133 movimentações de inquéritos cíveis. Na apuração realizada no dia 7 de outubro, verificou-se que, dos 4.704 inquéritos cíveis em tramitação identificados no início do programa, restavam 1.851. Houve redução de 60% em apenas 21 meses.

Acordo de Resultados

O Acordo de Resultados tem como gestores o procurador-geral de Justiça Adjunto Administrativo (PGJAA), Mauro Flávio Ferreira Brandão, e o assessor especial do PGJAA, Jairo Cruz Moreira. O projeto funciona como um integrador ao apontar com clareza o papel e a contribuição das unidades administrativas na consolidação da estratégia do MPMG, além de conduzir a uma modernização dos serviços e implantação da gestão de recursos humanos focada na qualificação do servidor e visibilidade de resultados.

Entre os resultados, verificou-se substancial mudança da cultura organizacional na área meio, com a consolidação do trabalho orientado por projetos, com utilização de equipes multidisciplinares nem sempre atreladas à estrutura orgânica da Procuradoria-Geral de Justiça. O acompanhamento sistemático da execução dos projetos, previsto no Acordo de Resultados, permitiu maior apoio por parte da Administração Superior e incrementou os índices de conclusão de projetos. Houve ainda evolução da relação entre orçamento e projetos.

O prêmio

Criado em 2013, o Prêmio CNMP tem como objetivo prestigiar os programas e os projetos do Ministério Público que mais se destacaram na concretização do Planejamento Estratégico Nacional e no alinhamento com os objetivos definidos. A premiação é anual. As informações são da PGJ e CNMP.

AMMP celebra novos credenciamentos

A AMMP-Saúde informa novos convênios, celebrados entre 20 de agosto e 20 de outubro

FORMIGA

- ◆ MRC Serviços de Saúde
- Pediatria - (37)3321-2488

IPATINGA

- ◆ Adonai
- Fisioterapia e Dermatologia
- (31)3824-8078

ITAJUBÁ

- ◆ Instituto de Medicina Nuclear de Itajubá - (35)3629-8600

Cancelamentos

BELO HORIZONTE

- ◆ Harmoniza Ângela Bessa - Fisioterapia
- ◆ Jomara de Araújo - Pediatria

CATAGUASES

- ◆ José Francisco Junqueira Reis - Pediatria

CONTAGEM

- ◆ Dr. Maxmillan Alkmimim Dutra
- Urologia

JUIZ DE FORA

- ◆ Centro de Órtese e Prótese - Fisioterapia

POUSO ALEGRE

- ◆ Hélio César Ferreira Linhares
- Pediatria

UBERLÂNDIA

- ◆ Ivan Miranda Vieira
- Ortopedia e Traumatologia

- ◆ Marcius Kleber Burgarelli
- Clínica Médica

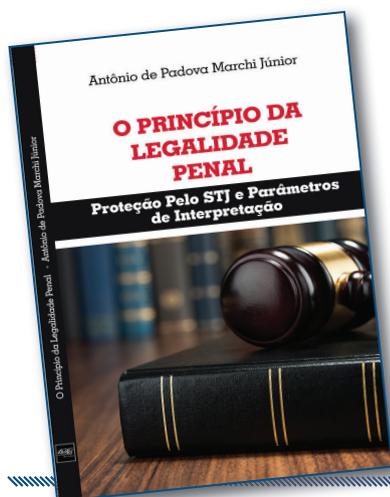
VARGINHA

- ◆ Clínica Anestesiológica de Varginha

Lançamento - 'Princípio da legalidade penal: proteção pelo STJ e parâmetros de interpretação'

Antônio de Padova Marchi Júnior

Editora Del Rey Editora.



Uma análise profunda e reflexiva sobre a origem, o desenvolvimento histórico e a imprescindibilidade da efetiva observância do princípio da legalidade para a estruturação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito é o que retrata o livro, lançado em 27 de outubro.

A obra reforça o protagonismo do princípio da legalidade na aplicação do Direito Penal e, com simplicidade de estilo, trata de temas como o direito administrativo sancionador, os limites da interpretação judicial, a análise dos precedentes nos sistemas do civil Law e do comon

Law para, ao final, introduzir a ideia do princípio da legalidade como limite da jurisprudência com força vinculante, enfatizando a função institucional do Superior Tribunal de Justiça e o exercício do controle da interpretação dada pelas instâncias ordinárias aos tipos penais.

Antônio de Padova Marchi Júnior é procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Mestre e Doutor em Direito pela UFMG, professor de Direito Penal do Curso de Direito do UNIBH e presidente do Instituto de Ciências Penais (ICP).

'Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua' está entre os finalistas do Prêmio Jabuti

Lançado em 2014, a obra, de iniciativa da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), aborda as múltiplas dimensões dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, mantendo-se em sintonia com o princípio da transformação, consagrado nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil constantes no artigo 3º da Constituição.

O livro foi organizado pelos promotores de Justiça Gregório Assagra de Almeida, Paulo César Vicente de Lima e Rodrigo Ienac de Moraes e pelas professoras Ada Pellegrini Grinover e Miracy Gustin. Segundo Paulo César, coordenador da Cimos, "a obra caracteriza-se como importante instrumento para conhecimento desse fenômeno social complexo e busca dar efetividade aos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua".

Contou ainda com a colaboração de cerca de 70 co-autores, entre eles o procurador

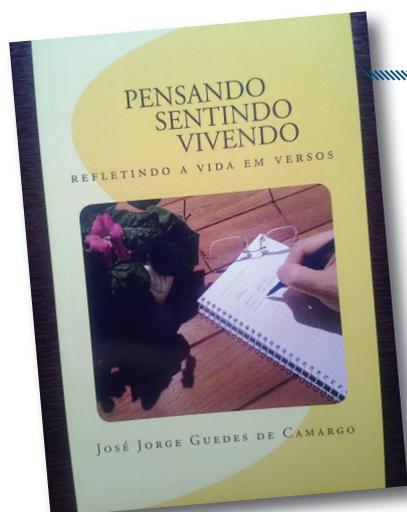
de Justiça Jarbas Soares Júnior e os promotores de Justiça Daniela Cristina Pedrosa Bitencourt Martinez, Rogério Greco, Marcos Pereira Anjo Coutinho, Marcelo de Oliveira Milagres, Bruno Alexander Vieira Soares, Luciano Moreira de Oliveira, Andrea Mismotto Carelli, Gilmar de Assis e Danielle Vignolli Guzella Leite.

"Trata-se de uma obra coletiva importante, construída com a colaboração de muitos e que já vem cumprindo um papel social relevantíssimo. Tornou-se referência nacional acerca do tema das pessoas em situação de rua, que se encontram expostas a um grau de vulnerabilidade social inaceitável. Um dos principais problemas acerca do fenômeno é o preconceito, em razão do conhecimento raso sobre a temática. Quem quiser conhecer com mais profundidade o tema, agora tem um caminho a trilhar", afirma o coordenador da Cimos.

Direitos fundamentais das pessoas em



situação de rua é um dos dez finalistas da categoria Direito. Neste ano, o prêmio contou com 2.573 trabalhos inscritos nas 27 categorias. A informação é da PGJ.



Procurador apresenta livro de poesias

O procurador de Justiça Duarte Bernardo Gomes convida à leitura de 'Pensando Sentindo Vivendo', do advogado, poeta e filósofo José Jorge Guedes de Camargo, de Santa Bárbara D'Oeste, SP, edição própria. Na apresentação da obra, Duarte Bernardo questiona o leitor sobre acreditar ou não naquilo que não vê. Faz

ainda uma série de interrogações "que estão despertas nos belos poemas reflexivos e para os quais foi proposta uma unidade rítmica que excita, anima, que aviva um pensamento por vezes resfriado e distante do calor que entrelaça o pináculo do chão, tão presente e tão ausente da vida de cada um".

Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de Uberaba lança Projeto de Apadrinhamento

Foi lançado, em 6 de novembro, o Projeto de Apadrinhamento Afetivo da Comarca de Uberaba, com vistas à construção de vínculos afetivos entre pessoas interessadas em apadrinhar crianças e adolescentes que estejam em instituições de acolhimento e que não possuem perspectivas de reintegração familiar e poucas chances de serem inseridas em famílias adotivas. A informação é do promotor de Justiça da Criança e do Adolescente André Tuma Delbim Ferreira.

O projeto é voltado para a confecção de referências afetivas positivas para as crianças e adolescentes com tempo de acolhimento prolongado, de maneira que se sintam seguras em contar com os padrinhos

fora dos muros das instituições. Também permite que a sociedade conheça de perto a realidade dessas crianças e adolescentes.

As atividades relativas ao apadrinhamento consistirão em apoio socioafetivo. Os padrinhos poderão passar datas festivas (Natal, réveillon, aniversário e outras), promoverem passeios e viagens. Todas as atividades serão descritas num plano de convivência afetiva, que será individualizado e acompanhado de maneira constante por uma equipe técnica gestora.

Os interessados em apadrinhar essas crianças e adolescentes devem procurar a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Uberaba (Rua Floriano Peixoto, 66, Centro-Uberaba) e realizarem o cadastramento, que

consiste na entrega de documentos e avaliação psicossocial. O interessado deverá ser maior de 21 anos de idade.

As pessoas que já são cadastradas à adoção também podem realizar o cadastramento para apadrinhamento, estando dispensadas da apresentação da documentação, devendo informar o número da respectiva habilitação.

O projeto é desenvolvido em parceria da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Uberaba, inclusive de sua equipe técnica, da Promotoria de Defesa da Criança e Adolescente da Comarca de Uberaba, do Lar da Caridade, bem como das instituições de acolhimento da Comarca.

Membros do MPMG são agraciados com a Medalha Santos Dumont

O procurador de Justiça Sérgio Parreiras Abritta e os promotores de Justiça José Carlos Fernandes

Júnior, Paulo de Tarso Morais Filho e Fabrício Marques Ferragini (foto) receberam a Medalha Santos Dumont, em solenidade realizada na manhã de 29 de outubro na Fazenda Cabangu, em Santos Dumont, na Zona da Mata mineira. O procurador de Justiça aposentado Luís Carlos Abritta também recebeu a honraria.

O procurador-geral de Justiça adjunto administrativo, Mauro Flávio Ferreira Brandão, representou, na solenidade, o procurador-geral de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt. Em seus discursos, o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, e o governador Fernando Pimentel destacaram a ousadia e a coragem

de Alberto Santos Dumont. Segundo Pimentel, um exemplo de que jamais se deve esmorecer na busca da realização de um sonho.

A Medalha Santos Dumont é concedida anualmente pelo Governo de Minas a pessoas e entidades que tenham contribuído para o desenvolvimento e o progresso do país. A comenda foi criada em 1956 para comemorar o cinquentenário do primeiro voo do 14-Bis, realizado no dia 23 de outubro de 1906, em Paris, por Alberto Santos Dumont. A Fazenda Cabangu, que hoje abriga um museu, é o local onde nasceu o patrono da aviação brasileira.

As informações são da PGJ.



Grupo Nós apresenta o auto de Natal "A Estrelinha" na AMMP



O Grupo Nós de teatro apresentou, na noite de 5 de novembro na AMMP, o auto de Natal 'A Estrelinha', sob a direção de Ana Amélia Cabral; figurino, de Dione Marcos e trilha musical de Maurício Portugal. A renda do espetáculo será revertida para creches assistidas pela Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis).

Do elenco fazem parte Alzira,

Dilaly, Dinha, D. Mancini, Eduardo, Edna, José Walter, Luzia, Márcia, Marina, Nádma, Jaká, Rogéria, Scheffer, Tânia, Val e Zuzu. A administração é de Ana Amélia Cabral, com colaboração de Gilberto de Oliveira.

O auto de Natal motiva a reflexões sobre a convivência humana e a manifestação da vida em sua diversidade.

Sete mineiros têm teses aprovadas no XI Congresso Nacional do Ministério Público

André Luiz Alves de Melo, Athaide Francisco Peres Oliveira, Calixto Oliveira Souza, Enéias Xavier Gomes, Epaminondas da Costa, Leonardo Costa Coscarelli e Marcelo Milagres foram os promotores de Justiça mineiros que participaram do XI Congresso Nacional do Ministério Público com dez teses aprovadas.

As teses inscritas e aprovadas foram: “Atuação do Ministério Público em relação aos pequenos furtos e o Direito Comparado”, “Promotor pode apresentar embargos de declaração e fazer sustentação no Tribunal em recurso proposto pelo mesmo”; e “Inconstitucionalidade da obrigatoriedade da ação penal”, as três de André Luís Alves de Mello; “O ‘CAR’ e sua averbação imobiliária”, de Athaide Francisco Peres Oliveira; “Insurgência contra os poderes constituídos – Tema para nova tipificação penal”, de Calixto Oliveira Souza; “Da formação de cartel mediante a aprovação de leis que limitam a concorrência. Análise a partir do Procedimento Administrativo N.0800.024.581/94-77”, de Enéias Xavier Gomes; “Natureza jurídica da audiência informal prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/90” e “Infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente: cumprimento de sentença e a extinção do processo por falta de bens penhoráveis do devedor”, ambas de Epaminondas da Costa; “Efetividade da indenização punitiva por danos sociais a partir de banco de dados nacional de ações civis públicas e de compromissos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público Brasileiro” e “O Ministério Público e o



Fotos Divulgação

procedimento extrajudicial de usucapião: Inovações do Código de Processo Civil de 2015”, as duas de Marcelo de Oliveira Milagres (apresentadas por André Luís Alves).

A aprovação de teses marcou o fechamento do congresso em 9 de outubro. A Plenária, composta pelos presidentes e delegados das afiliadas, debateu e votou as teses, conclusões, enunciados e sugestões aprovadas pelas comissões temáticas, bem como os destaques, recursos e emendas. A presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, e o presidente da Associação do MP do Rio de Janeiro (Amperj), Luciano Matos, presidiram a Plenária, juntamente com os promotores de Justiça Gláucia Santana e Rogério Pacheco, do Rio de Janeiro, integrantes da Comissão Executiva do evento.

Por sugestão da presidente da Conamp, foi aprovada moção de reconhecimento à equipe organizadora do evento e confirmada moção de apoio à possibilidade de permuta interestadual no âmbito dos MP’S estaduais. O tema está em discussão no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O próximo congresso nacional será em Belo Horizonte em 2017.



▲ Norma Angélica abriu o XI Congresso Nacional no RJ



▲ Luciano Matos deu as boas-vindas aos participantes

Fotos Divulgação



▲ Deputado federal Alessandro Molon (em pé) falou sobre o Marco Civil da Internet



▲ Claudio Uribe, do Chile



▲ Helóisa Barbosa falou sobre "Direito ao esquecimento"



▲ Cláudio Smirne (ao microfone)

Congresso reúne cerca de mil participantes

A abertura XI Congresso Nacional do Ministério Público e da V Conferência Regional da International Association of Prosecutors (IAP) foi realizada no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro, na noite de 6 de outubro. O evento reuniu cerca de mil pessoas na plateia, entre os quais membros do MP brasileiro e do exterior, além de autoridades e convidados internacionais.

O congresso teve como tema central "Os desafios e oportunidades do MP na era digital". Realizado pela primeira vez no Rio de Janeiro, foi organizado pela Conamp e Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro (Amperj). O encontro internacional teve correalização do IAP. As duas promoções ocorreram simultaneamente no Centro de Convenções do Hotel Royal Tulip até o dia 9.

O presidente da Amperj, Luciano Mattos, enumerou os temas a serem debatidos, como corrupção, improbidade administrativa, tecnologia no combate ao crime organizado, política antidroga, colaboração premiada, crimes cibernéticos e

o papel do MP no combate à violência urbana, dentre outros. Segundo ele, foi uma especial oportunidade de mostrarem "as características do Ministério Público e "promover intercâmbio de informações e conhecimentos, que permitirão alcançar a defesa social em larga escala".

Para o presidente da International Association of Prosecutors (IAP), Gerhard Jarosch, que retornou ao Rio 21 anos depois de uma conferência internacional da qual participou como advogado, "uma conferência internacional transforma a vida", daí a importância da reunião, dos debates e da troca de conhecimentos uns com os outros não só em nível nacional, mas também internacional.

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira, lembrou a origem do que chamou de novo Ministério Público, definido pela Constituição de 1988, com atribuições não apenas voltadas para a área criminal, mas também para a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Reflexão

A presidente da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti, encerrou os discursos clamando a classe para fortalecer a atuação ministerial. Lembrou que a Conamp acompanha no Congresso mais de 2.300 proposições legislativas, entre elas várias que impactam negativamente o sistema de Justiça. Destacou o congresso com oportunidade para reflexão, "buscando um Ministério Público cada vez mais vibrante, motivado, atuante e ativo".

Compuseram a mesa de abertura, além de Norma Angélica, Marfan e Luciano Matos, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho-1ª Região, desembargadora Maria das Graças Cabral Vieira Paranhos; o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e procurador-geral de Justiça do Estado de Goiás, Lauro Machado Nogueira; o deputado estadual Luiz Paulo,

representando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; o corregedor-nacional do MP, Cláudio Henrique Portela do Rego; a 1ª vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargadora Maria Inês da Pena Gaspar; o presidente do Tribunal de Contas do Município, Thiers Vianna Montebello; o secretário de Estado da Casa Civil, Leonardo Espíndola, representando o governador Luiz Fernando Pezão; o procurador-geral do Município do Rio de Janeiro, Fernando Dionísio, representando o prefeito Eduardo Paes; o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio, Aloysio Neves Guedes; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; o defensor público-geral do Estado do Rio, André Luiz Machado de Castro; e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti.

Medidas anticorrupção marcaram o último dia

O procurador da República Deltan Dellagnol, que atua na Operação Lava Jato, abriu o último dia congresso e da conferência da IAP para a América Latina com palestra sobre a campanha “10 Medidas Contra a Corrupção”. Dellagnol convidou todos a se engajarem na campanha e informou que é necessária a coleta de 1,5 milhão de assinaturas de apoio para encaminhar o projeto ao Congresso.

O diretor-executivo do Instituto Nacional de Pesquisa e Treinamento dos Procuradores Gerais dos Estados Unidos, Christopher Toth; o vice-presidente da Associação de

Promotores dos EUA, Steven Jansen; e o vice-presidente da Associação Internacional dos Promotores (IAP), Manuel Pinheiro, participaram do painel sobre “O papel do Ministério Público no controle da violência urbana”, coordenado pelo presidente da Amperj, Luciano Mattos.

O italiano Maurizio de Lucia, vice-coordenador nacional antidrogas do MP, relatou sobre o trabalho do escritório antimáfia e antiterrorismo, originado após o processo contra a máfia italiana, durante o painel “Métodos Especiais de Investigação Contra o Crime Organizado”.

Painéis

Diferentes painéis movimentaram o terceiro dia do congresso. “Colaboração Premiada” foi o painel coordenado pelo promotor de Justiça do MPRJ Alexander Araújo, e que teve o procurador regional da República Douglas Fischer, procurador da Operação Lava-Jato, e o procurador de Justiça do MPRJ Afrânio Silva Jardim como palestrantes.

Houve ainda painel do CNMP, coordenado pelo conselheiro Antônio Duarte. Os expositores foram o ex-conselheiro Cláudio Barros e o conselheiro Marcelo Ferra. No painel “Independência e Segurança dos Promotores”, aconteceu amplo debate depois das exposições do promotor federal da Argentina Carlos Rívolo; do presidente da Associação dos Promotores do Chile, Claudio Uribe; e do presidente da Associação de Juízes e Promotores da Alemanha, Frank Christoph.

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), ministrou palestra a “Tutela de evidência no Novo Código de Processo Civil”. Fux presidiu a Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do novo CPC.

O deputado federal Alessandro Molon, que foi relator do projeto de lei do Marco Civil da Internet, falou sobre o tema, ao lado de Walter Capanema, professor de Metodologia

da Pesquisa e Didática da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), em painel coordenado pelo promotor de Justiça do MPRJ Guilherme Martins.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e Contribuinte do MPRJ, Christiane Cavassa, e o subcoordenador Sidney Rosa palestraram sobre o Portal Consumidor Vencedor, serviço *on-line* que concentra decisões judiciais obtidas a partir de ações dos MPs de diversos estados.

“Sistema Único de Saúde e o Sistema Privado Complementar” foi tema do painel coordenado por Nívea Mônica, do MP mineiro. O procurador de Justiça do MPRJ Ricardo Ribeiro Martins fez palestra no painel “Política Antidrogas. Avanço ou Retrocesso?”.

“Os novos formatos de instituições familiares e o impacto das novas tecnologias no direito de família” foram tema do painel coordenado pelo procurador de Justiça do MPRJ Sávio Bittencourt. Rodrigo da Cunha Pereira, presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia Cristiano Chaves ministraram palestras nesse painel.



Procurador da República Deltan Dellagnol, da Operação Lava Jato



Maurizio de Lúcia, da Itália



Christiane Cavassa, do Portal do Consumidor, MPRJ



Ministro Fux fez palestra sobre o Novo CPC

Luiz Jesus / Amperj



▲ Conamp e IAP fizeram reunião conjunta



▲ José Perdigão (D) participou do Congresso



▲ Foram realizadas também reuniões dos colegiados da Conamp e do CNPG

Proposições legislativas foram analisadas

Durante as reuniões, foi discutido o posicionamento institucional quanto a proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional e afetam a atuação do Ministério Público.

O Projeto de Lei (PL) 3.123/2015, que disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos motivou, no âmbito da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura (Frentas), elaboração de Nota Técnica conjunta

sobre o projeto.

Também foi debatida a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/2015, que trata da vedação da vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos. O texto está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Quanto à PEC 147/2015, que dispõe sobre a participação de servidores efetivos na eleição da lista tríplice dos ministérios públicos estaduais e o do Distrito Federal, está sendo feito estudo técnico sobre a matéria.

Capacidade eleitoral

Os colegiados da Conamp e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) também realizaram reunião conjunta para discutirem a restauração da capacidade eleitoral passiva de promotores e procuradores de Justiça. Duas PECs que tratam do tema estão tramitando no Congresso Nacional: as propostas 82/2015 e 392/2014.

Diálogo institucional marcou reunião do Conselho Deliberativo da Conamp

Reuniões do Conselho Deliberativo da Conamp foram realizadas de 6 a 9 de outubro. Além dos presidentes das afiliadas, participaram integrantes do Ministério Público brasileiro.

Os membros do CNMP Antônio Pereira Duarte, Cláudio Portela, Esdras Dantas, Fábio Stica, Marcelo Ferra, Orlando Rochadel, Sérgio Ricardo de Souza e Walter de Agra e o ex-conselheiro Jerferson Coelho também participaram da reunião. Eles falaram sobre a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos de controle externo da atividade policial e da importância do diálogo entre o MP e o Judiciário.

Arnaldo Hossepian, que representa o MP estadual e compõe a Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ, também esteve presente.

Limites

Os conselheiros Antônio Duarte e Marcelo Ferra participaram do painel “CNMP: limites e desafios”, que contou com a presença do ex-conselheiro Cláudio Barros Silva.

Também estiveram presentes às reuniões da Conamp os ex-presidentes da entidade Achilles Siquara, Milton Riquelme, José Carlos Cosenzo e César Bechara

Nader Mattar Jr.; o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), Lauro Machado; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo Azevedo; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho; o presidente e vice-presidente da IAP, Gerhard Jarosh e Manuel Pinheiro Freitas; o presidente do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos MPs do Brasil (CDEMP), Eduardo Diniz Neto; procuradores-gerais, promotores e procuradores de Justiça.

Conamp e IAP querem criar confederação de associações da AL

O Conselho Deliberativo da Conamp reuniu-se ainda com a IAP. Membros do Ministério Público de diferentes países debateram a possibilidade de criação de uma confederação de associações do MP da América Latina – a Federacion Latinoamericana de Fiscales.

Foi definida uma comissão específica para tratar do tema e cinco princípios fundamentais foram fixados: segurança institucional, independência funcional, cooperação, capacitação, e intervenção em organismos internacionais para orientar a elaboração do projeto de estatuto da nova entidade. A previsão é que o texto seja aprovado em fevereiro de 2016 durante assembleia na Costa Rica.

Associações da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Paraguai compõem a comissão que está à frente do processo. A Conamp, representada pelo secretário-geral Marcelo Oliveira e pelo presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), José Augusto Cutrim, e a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampacon) representam o Brasil.

Gilberto Martins e Felipe Locke ganham homenagens

A Conamp homenageou o ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Gilberto Martins e o presidente da Associação Paulista do MP, Felipe Locke. Gilberto, que foi conselheiro por dois mandatos, recebeu uma placa de reconhecimento por sua atuação. Ele agradeceu a homenagem e afirmou que buscou representar os anseios do MP no colegiado.

Felipe Locke foi homenageado pela realização, organização e execução do XIV Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, de 5 a 7 de setembro em São Paulo. Felipe agradeceu e afirmou que isso só foi possível devido o auxílio dos membros de sua diretoria e da colaboração da Conamp.

A presidente da Conamp, Norma Angélica, informou que será entregue em dezembro a medalha de mérito ao ex-presidente da entidade César Bechara Mattar Nader Jr. Foi aprovada moção de reconhecimento ao presidente da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro (Amperj), Luciano Mattos, pela realização do XXI Congresso Nacional do MP.

CNMP apresenta o projeto João Cidadão

O projeto João Cidadão do CNMP foi apresentado pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Educação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Bianca Mota, e pelos promotores de Justiça Maria Elmira, do Ministério Público de Minas Gerais, e Eduardo Cambi, do MP do Paraná.

O presidente da Associação do Ministério Público (Amperj), Luciano Mattos, participou da abertura das palestras apresentando aos adolescentes o papel do Ministério Público, destacando a firme atuação da instituição na defesa da educação. Ao longo dos

debates, Bianca Mota, Maria Elmira e Eduardo Cambi responderam dúvidas dos jovens e explicaram o objetivo do João Cidadão: idealizado pelo CNMP, a iniciativa busca principalmente estimular o público jovem ao debate sobre educação e cidadania.

Uma mesa de debates se seguiu à exposição do projeto. Os jovens participaram com perguntas sobre o modelo educacional brasileiro, propondo mudanças e trocando experiências. Houve apresentações de música, poesia e trabalhos artísticos, todos centrados em temas como cidadania e educação de qualidade.

Participação mineira é expressiva, segundo promotor de Justiça

O promotor de Justiça Epaminondas Costa disse que a participação de Minas Gerais nesses congressos nacionais vinha sendo bastante acanhada, mas, nessa última edição, foi expressiva, com a inscrição de dez teses. Epaminondas, que ingressou no MP em 1990, participa desses encontros nacionais do MP há 19 anos, desde o congresso nacional em Goiânia, no ano de 1996.

Em sua avaliação, o congresso nacional do Rio de Janeiro foi muito bom, tendo ocorrido discussões muito interessantes, não só por meio das teses apresentadas, como também nas palestras ministradas, relacionadas a temas atuais debatidos na sociedade brasileira, tais como o marco civil da internet, o direito ao esquecimento nos meios de comunicação, comércio eletrô-

Tais eventos, além de propiciarem o aperfeiçoamento funcional e cultural dos membros do Ministério Público brasileiro, concorrem para a integração e para a indispensável motivação “psicológica” dos mesmos

nico no mundo globalizado, política antidrogas: avanço ou retrocesso?, dentre outros assuntos analisados.

“Tais eventos, além de propiciarem o aperfeiçoamento funcional e cultural dos membros do Ministério Público brasileiro, concorrem para a integração e para a indispensável motivação “psicológica” dos mesmos, mantendo-os, ademais, permanentemente conscientes do seu papel verdadeiro perante a sociedade brasileira”, arrematou Epaminondas.



Crime de conteúdo pornográfico infantil será julgado pela Justiça Federal

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão realizada no dia 28 de outubro, decidiu, por maioria de votos, que a Justiça Federal é quem vai julgar crime de publicação na internet de conteúdo pornográfico envolvendo criança e adolescente, negando provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 628624. O tema teve repercussão geral reconhecida.

O RE questiona o acórdão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) que determinou a competência da Justiça

Federal para processar e julgar a suposta prática do crime de publicação de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo adolescentes (artigo 241-A da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente), quando cometidos na internet. Em síntese, o autor do RE sustenta que a matéria seria de competência da Justiça estadual, uma vez que não existiria qualquer evidência de que o acesso ao material pornográfico infantil, disponível na rede mundial de computadores, tenha ocorrido fora dos limites nacionais.



Voto do relator

O relator da matéria, ministro Marco Aurélio, deu provimento ao recurso extraordinário, considerando não haver tratado endossado pelo Brasil prevendo o crime, mas apenas a ratificação do Brasil à Convenção sobre os Direitos da Criança da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ele concluiu que a ausência

de tratado específico confirmado pelo Brasil impossibilita atribuir competência da Justiça Federal para julgar o fato. Segundo o ministro, o delito foi totalmente praticado no Brasil – início e consumação – “porquanto o material veio a ser inserido no computador que se encontrava no país, não tendo sido

evidenciado o envio ao exterior e a partir dessa publicação é que se procederam vários acessos”. Dessa forma, ele votou no sentido de reformar o acórdão da 4ª Turma do TRF-1, determinando a remessa do processo à Justiça estadual de Minas Gerais. O voto do relator foi seguido pelo ministro Dias Toffoli.

Maioria

O ministro Edson Fachin abriu a divergência e foi seguido pela maioria do Plenário. Ele negou provimento ao recurso extraordinário e entendeu que a matéria é de competência da Justiça Federal, conforme disposição contida no artigo 109, inciso V, da Constituição Federal.

Segundo ele, há três requisitos essenciais e cumulativos para a definição da competência da Justiça Federal na matéria: que o fato seja previsto como crime em tratado ou convenção; que o Brasil seja signatário de compromisso internacional de combate àquela espécie delitativa; que exista uma relação de internacionalidade entre a conduta criminosa praticada e o resultado produzido [ou que deveria ter sido produzido].

“Do exame que fiz, compreendi

como preenchidos os três requisitos”, ressaltou o ministro Edson Fachin. De acordo com ele, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é produto de tratado e convenção internacional subscrita pelo Brasil “exatamente para proteger as crianças dessa prática nefasta e abominável que é a exploração de imagens na rede mundial, internet”.

“Esse procedimento pedofílico, que merece obviamente repulsa, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista ético, tem o seu tipo previsto na Lei 11.829/2008”, afirmou. Tal dispositivo prevê como crime “oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro

registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”. Esse tipo penal, conforme o ministro, decorre do artigo 3º, da Convenção sobre os Direitos da Criança da Assembleia Geral da ONU, de 25 de maio de 2000, texto que foi internalizado no Brasil pelo Decreto 5.007/2004.

Assim, o ministro entendeu que a questão é de competência da Justiça Federal ao considerar a amplitude global do acesso ao site no qual as imagens ilícitas foram divulgadas, caracterizada, com isso, a internacionalidade do dano produzido ou a potencialidade do dano. Nesse sentido, votaram os ministros Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é produto de tratado e convenção internacional subscrita pelo Brasil “exatamente para proteger as crianças dessa prática nefasta e abominável que é a exploração de imagens na rede mundial, internet”

PGR diz que PEC da Bengala não viola caráter nacional da magistratura e isonomia

Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o fato de toda a categoria não estar abrangida pela modificação que prevê a aposentadoria compulsória aos 75 anos, em vez de 70, não fere o caráter nacional da magistratura e a isonomia.

Sua manifestação se deu no MS 33.618, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, impetrado por dois magistrados que pretendiam permanecer no cargo até os 75 anos. Segundo Janot, existem peculiaridades inerentes aos cargos que compõe a carreira.

“Tendo em vista que a diversidade de tratamento de que resulta o comando do artigo 100 do ADCT é excepcional e justificada diante das peculiaridades inerentes aos cargos que compõe a carreira da magistratura, conclui-se que não há, no

dispositivo, violação ao princípio da isonomia ou à unidade de regime jurídico do Poder Judiciário.”

Segundo o artigo 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), inserido pela EC 88/15, conhecida como PEC da Bengala, ministros e ministras do STF, dos tribunais superiores e do TCU aposentam-se, compulsoriamente, aos 75 anos, até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição.

Lei que estendia a proposta a todo o funcionalismo é vetada

A presidente Dilma Rousseff decidiu vetar integralmente a lei que estendia a todos os servidores públicos a aposentadoria compulsória aos 75 anos. A lei complementar, aprovada no final de setembro pelo Senado, regulamentava para todo o funcionalismo público a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 88/2015, a chamada PEC da Bengala,

que aumentou de 70 para 75 anos o limite de aposentadoria compulsória para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O veto foi publicado na edição de 23 de outubro do Diário Oficial.

Na justificativa, Dilma argumenta

que o tema é prerrogativa da Presidência da República e não do Congresso, por isso a lei contraria a Constituição Federal. “Por tratar da aposentadoria de servidores públicos da União, tema de iniciativa privativa do Presidente da República, o projeto contraria o disposto no Art. 61, § 1º, inciso II, da Constituição”, diz a mensagem de veto.

Cargos no CNMP

Dilma vetou também o projeto que criava cargos efetivos e em comissão e funções de confiança no Conselho Nacional do Ministério Público. Na mensagem de veto, publicado no dia 18 de outubro, a presidente argumentou que a criação de cargos vai de encontro às medidas

do Governo para reequilibrar as contas públicas.

A proposta previa a criação de 90 cargos de auditor nacional de controle, 30 cargos de técnico nacional de controle, 26 funções de confiança nível FC-3 e 42 cargos em comissão no órgão, que é

responsável pela fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público. Segundo Dilma, o esforço pelo equilíbrio fiscal deve ser “compartilhado por todos os agentes públicos, em todos os Poderes da República”. As informações são da Agência Brasil.

JustVida. A melhor proteção que você pode oferecer à sua família.



A melhor proteção que você pode oferecer à sua família é um seguro de vida. E para você, que é associado da AMMP, a melhor opção é JustVida. JustVida oferece excelentes coberturas, pode ser feito por associados entre 16 e 80 anos, permite a inclusão de cônjuge e tem um custo feito sob medida para você. Para saber mais, acesse www.justvida.com.br ou ligue para 0800 771 1231.



Processos SUSEP Nº10.005288/99-11 (VG) e 10.003136/99-01 (Decessos)



O patriarcalismo nosso de cada dia

“A questão de gênero é importante em todo canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo, um mundo de mulheres mais felizes e homens mais felizes, mais autênticos consigo mesmos.”



É preciso que a maioria numérica se transforme em maior participação política, em mais respeito e consideração. E, sobretudo, em mais igualdade nas oportunidades de ascensão social

Há que se pensar em formas mais eficazes de se combater esse modelo dual de sociedade para se avançar rumo à igualdade de oportunidades de vivências e ao respeito às diferenças

É assim que a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie começa sua palestra em Lagos, capital da Nigéria.

Seja lá na África, na Europa, na Ásia, na Oceania ou, por aqui, nas Américas, em maior ou menor medida, os papéis sociais mais relevantes têm sido historicamente destinados à figura masculina.

No mundo político, os cargos eletivos são preponderantemente ocupados por homens. O índice de participação de mulheres nos cargos eletivos do Legislativo brasileiro - média de 9,9% na Câmara dos Deputados e de 13% no Senado Federal -, por exemplo, é muito inferior à taxa mundial, que gira em torno de 22,1%. Segundo essa média, o Brasil fica atrás, inclusive, do Oriente Médio em termos de participação feminina na atividade legislativa do país.

No que se refere ao Poder Executivo, a situação é semelhante. As mulheres representam apenas 12,03% do total de pessoas eleitas para o cargo de Prefeito Municipal em 2012. No plano estadual, a situação de disparidade de gênero é ainda mais explícita: em 2014, foi eleita apenas uma mulher como governadora de Estado (Suely Campos, do Estado de Roraima).

No setor privado, conforme dados de pesquisa do IBGE, os homens continuam ocupando a maioria dos empregos e recebendo remuneração 27,9% superior à da mulher, além de ocuparem a esmagadora maioria dos postos de chefia, enquanto as mulheres seguem representando 94,9% do setor de serviços domésticos.

Como no setor público o acesso aos cargos se dá quase que exclusivamente por concurso público, a situação é diferente: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as mulheres ocupavam, em 2011, 55,3% dos cargos no setor público. No âmbito do Direito, desde 1988, o ingresso de mulheres nas carreiras jurídicas têm

aumentado e, mais recentemente, em alguns certames, chegam a superar o número de homens. Não obstante isso e apesar de que, em 2016, o Supremo Tribunal Federal será presidido pela ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, a política interna das instituições do sistema de justiça é marcada pela subalternização do papel feminino. A maior parte dos estados brasileiros nunca teve uma mulher exercendo chefia do Judiciário ou do Ministério Público.

Curioso dizer que as mulheres, embora representem 52% da população mundial, ainda são consideradas uma minoria. Mas esta é a razão: é uma minoria política, pois incide pouco nas definições dos rumos políticos da sociedade e, além disso, uma minoria social, pela histórica vulnerabilidade a que foram submetidas. É preciso fazer com que a maioria numérica seja refletida nos espaços de poder social e político. É preciso que a maioria numérica se transforme em maior participação política, em mais respeito e consideração. E, sobretudo, em mais igualdade nas oportunidades de ascensão social, o que equivale a dizer que não deve haver espaços reservados ou preferenciais de poder para papéis tidos como masculinos. Essa hierarquização de papéis é negativa não só para as mulheres, mas também para os homens. Os custos pagos pelo apego à definição social de papéis atribuídos ao gênero e não ao indivíduo são altos para toda a sociedade e, em especial, para os sujeitos a que são destinados. Se de um lado a construção do feminino sofre limitações no campo político, econômico e afetivo-sexual; em outra medida e sob um enfoque diferente a masculinidade é empacotada sob a forma de clichês socioculturais. Todos saem perdendo, e muito.

Há pouco tempo, li uma matéria interessante sobre a masculinidade no mundo contemporâneo e comecei a refletir sobre como é importante

que as crianças e adolescentes sejam educados para a igualdade, para respeitar as diferenças sem transformá-las em critério para a reprodução de hierarquias sociais. Sim, diferenças! Homens e mulheres são diferentes. Têm hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e atributos biológicos diferentes. Os homens têm mais testosterona e são em geral mais fortes que as mulheres. No entanto, remonta a tempos imemoriais um mundo onde a força física era o atributo mais importante para a sobrevivência e, conseqüentemente, para a liderança.

Na concepção contemporânea de sociedade, os atributos esperados para chegar à posição de líder não decorrem de características biológicas: ousadia, criatividade, perspicácia, senso de coletividade, respeito ao próximo, responsabilidade social e determinação são características que o ser humano desenvolve ao longo da vida; elas são fruto das experiências de vida de cada pessoa e não uma mera decorrência do sexo biológico ou seu gênero. A despeito disso, as oportunidades de viver tais experiências não são igualmente distribuídas entre homens e mulheres. Rosa e azul são automaticamente associadas a gêneros; no campo lúdico, enquanto as meninas brincam de casinha, cuidam da boneca e preparam comidinhas, os meninos ultrapassam os limites estreitos da vida doméstica e constroem avenidas onde seus carrinhos possam transitar, inventam aviões que planam no ar, empinam pipas aos céus e, assim, desde cedo ampliam sua percepção espacial e treinam seu raciocínio geométrico.

Há que se pensar em formas mais eficazes de se combater esse modelo dual de sociedade para se avançar rumo à igualdade de oportunidades de vivências e ao respeito às diferenças. Há muitos indicativos de que esse avanço passa pela desconstrução da naturalização dos papéis sociais atribuídos historicamente aos homens

e às mulheres. Em outras palavras, equivale a dizer que precisamos dar oportunidades às nossas crianças e adolescentes de vivenciar a igualdade e a liberdade de realizar suas escolhas quanto às brincadeiras, à maneira de se vestir, à forma de dançar (ou não), às cores de sua preferência, ao esporte a praticar, à profissão a seguir e assim por diante.

Em visita a uma comunidade de baixa renda nos arredores da Cidade do Cabo, na África do Sul, conheci o centro cultural local, onde meninos e meninas passam grande parte do seu tempo livre desenvolvendo atividades de sua preferência. Em meio a tantas novidades, o texto de um cartaz afixado na parede me chamou a atenção:

“Para cada menina que está cansada de fingir ser fraca quando na verdade é forte, há um menino cansado de ter que parecer forte quando se sente vulnerável. Para cada menino que leva o fardo da constante expectativa de ter que saber tudo, há uma menina cansada de ter sua inteligência desacreditada. Para cada menina cansada de ser chamada de excessivamente sensível, há um menino que teme ser gentil, teme chorar. Para cada menino para quem a competição é tida como a única forma de provar sua masculinidade, há uma menina considerada não feminina quando é competitiva. Para cada menina que joga fora o seu fogãozinho de brinco, há um menino que desejaria encontrá-lo. Para cada menino lutando para não deixar que a propaganda dite seus desejos, há uma menina sujeitada aos ataques da indústria publicitária à sua autoestima. Para cada menina que dá um passo em direção à sua liberdade, há um menino que encontra o seu caminho para a liberdade com um pouco mais de facilidade.”

É preciso mudar a perspectiva desigual com que educamos meninos e meninas. O modo como as crianças do sexo masculino são educadas é nocivo: a definição de masculinidade é muito estreita. Sufoca-se a humanidade que existe nos meninos enclausurando-os num ambiente onde a razão deve predominar sempre, onde não há espaço para medos ou fracassos. As meninas, por outro lado, são criadas de modo ainda mais deletério:

são ensinadas a se encolher, se preservar, se submeter e a tirar o foco de si mesma desviando para o cuidado com o outro, inclusive do homem com quem ela se relacionar no futuro. Para as jovens, há muito mais rigor na imposição de limites para vivências que extrapolam a proteção do ambiente doméstico - e patriarcal - enquanto os jovens são estimulados em sentido contrário. Isso reflete negativamente nas expectativas que se criam em relação aos papéis masculinos e femininos na idade adulta. E, ainda que ambos os gêneros sejam afetados com esses custos, a opressão em relação à mulher tem se mostrado mais onerosa.

Há relatos de mulheres solteiras que, em encontros profissionais ou acadêmicos, usam aliança de casamento porque assim se sentem mais respeitadas; há outras que, de tão pressionadas pela família, pelos amigos e até mesmo no trabalho, se casam sem perceber que não puderam escolher um companheiro. Em nossa sociedade, a mulher de certa idade que não se casou tende a se enxergar como uma pessoa rejeitada. Já o homem, se permanece solteiro, é porque está aproveitando a vida antes de fazer sua escolha.

Nos relacionamentos conjugais quem “opta” por abrir mão de seus projetos pessoais, notadamente os profissionais ou acadêmicos, é a mulher. Ou seja: as aspirações femininas não relacionadas ao ambiente doméstico e familiar em geral são desvalorizadas.

O que muitas pessoas entendem como ciúme é, na maioria das vezes, um sentimento de posse capaz de, pouco a pouco, aniquilar a identidade feminina. No início dos relacionamentos, a impressão que se tem é que o ciúme é até desejado por muitas mulheres. Com o passar do tempo, o glamour da ideia de ciúme como demonstração de afeto tende a se transformar em pavor quando a violência ultrapassa o nível psicológico e se materializa no corpo

da mulher-propriedade-do-homem. Isso sem falar nos estupro correativos sofridos pelas mulheres lésbicas e na discriminação marcada pela violência física que sofrem as mulheres trans.

E apesar de tantos indicativos de que o modelo tradicional de educação focada na polaridade de papéis sociais e hierarquizados a partir do gênero não contribuirá para a felicidade, o que se observa, ainda hoje, é que muitas mães parecem reproduzir a perspectiva patriarcal na criação de seus filhos e filhas, perpetuando a naturalização de uma diferenciação que apenas inferioriza o papel feminino em relação ao masculino.

De maneira semelhante, a escola, como primeiro ambiente de socialização fora da família, tem um papel essencial na desnaturalização dos estereótipos de gênero e em uma formação que amplifique as possibilidades de desenvolvimento da personalidade e da subjetividade de cada criança. Em tempos de cyberbullying, pornografia de vingança e hipersexualização infantil, é lamentável que uma proposta de formação educativa de crianças acerca das questões de gênero seja entendida como “ideologia de gênero” e, por esse motivo, barrada. É lamentável que a abordagem, pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de um tema tão caro como a persistência da violência contra a mulher, seja tomada, por muitos, como “doutrinação ideológica”.

O problema da hierarquização social de papéis a partir da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Uma proposta de educação voltada para a igualdade permite lutar contra essas predeterminações. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente desejamos ser, se não tivéssemos o peso das expectativas dos papéis sociais atribuídos desde o gênero com o qual somos identificadas.

O desafio que está posto é: e se educássemos nossas crianças e adolescentes ressaltando seus talentos e interesses e não o seu gênero?

Para cada menina que está cansada de fingir ser fraca quando na verdade é forte, há um menino cansado de ter que parecer forte quando se sente vulnerável. ...

... Para cada menino que leva o fardo da constante expectativa de ter que saber tudo, há uma menina cansada de ter sua inteligência desacreditada...

... Para cada menina que dá um passo em direção à sua liberdade, há um menino que encontra o seu caminho para a liberdade com um pouco mais de facilidade

Referências Bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.
- BANDEIRA, Lourdes. **Patriarcado e violência masculina: crimes de morte como construção pública**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3517&Itemid=232
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

*PROMOTORA DE JUSTIÇA - COORDENADORA DO CAO- DIREITOS HUMANOS



Alberto Bogliolo é destaque na Corrida Cruzeiro



FOTOS: FELIPE JAVARE

▲ Alberto Bogliolo

O promotor de Justiça Alberto Bogliolo Sirihal foi destaque na 4ª edição da Corrida do Cruzeiro. Com o tempo de 38'28", foi o décimo sétimo colocado na classificação geral, e segundo colocado na faixa etária (M4049), nos 10km.

A prova foi disputada em percursos de 5 e de 10 km, partindo do Marco Zero. Em seguida, também foi realizada a caminhada, com 2 km de distância.

Da corrida, que coloriu de azul e branco a orla da Lagoa, participaram o mascote Raposo e integrantes da torcida organizada Geral Celeste, com bandeiras e instrumentos musicais.



Night Run – Etapa Água é realizada em clima de deserto

A água, que dá nome à etapa do circuito de corridas noturnas não apareceu e a Night Run – Etapa Água foi realizada em um sábado com temperatura recorde e umidade relativa do ar similar à do deserto. No dia anterior, Belo Horizonte registrou 37,7°C, a maior temperatura desde 1910. A umidade do ar estava abaixo dos 15%.

Essas condições, no entanto, não assustaram ninguém. A corrida estava lotada e quem participou da corrida, gostou. Apesar da interferência climática, a prova foi tranquila, sem desgaste extremo. O ambiente com muita música e luz, também favoreceu para que a prova

tenha se tornado uma das mais movimentadas do ano.

O clima de festa e alegria invadiu a barraca de apoio da AMMP, “tomada” por uma torcida organizada. Marlus Riani foi o destaque dessa etapa da corrida. A torcida, em peso, compareceu e transformou a noite em uma grande confraternização.



▲ Marlus Riani



O que vem por aí

Novembro está repleto de atividades. E, em dezembro, tem a volta Internacional da Pampulha.

Agenda

- 15/11 – All Limits
- 29/11 – Circuito das Estações/ Verão
- 06/12 – Volta Internacional da Pampulha

Cadastre seu e-mail enviando uma mensagem para esportes@ammp.org.br. Curta nossa página no Facebook: Esportes AMMP, e fique por dentro de todas as atividades.